O PRONAF B e os impactos na ocupação rural do município de Ceará-Mirim.

Márcio Monteiro Maia

Universidade Federal do Rio Grande do Norte
I Conferência Nacional de Políticas Públicas Contra a Pobreza e a Desigualdade

RESUMO

Estudo sobre o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, Grupo B, e seu impacto na ocupação rural do município de Ceará-Mirim. A partir de referencial teórico, coleta de dados, aplicação de questionários entre os beneficiários do PRONAF B e entrevistas com os atores envolvidos, possibilitou-se a averiguação da hipótese de que o programa nesta modalidade de crédito, é capaz de proporcionar apenas a manutenção ou diversificação da ocupação na unidade familiar e não a geração de ocupação remunerada não familiar. Esta pesquisa revelou as diversas possibilidades de utilização do crédito e seu impacto na ocupação rural, mesmo quando é desviado para outras finalidades não acordadas junto à instituição financeira, gerando impactos não esperados, porém positivos.

Palavras-Chave: Crédito Rural, Impacto na agricultura familiar, Ocupação Rural, Avaliação de Políticas Públicas.

Natal, novembro de 2010

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A presente pesquisa, procurou identificar e avaliar o impacto causado pelo PRONAF B na ocupação rural dos pequenos produtores, tendo em vista a maior vulnerabilidade destas receitas familiares e suas relações sócio-econômicas inseridas em um contexto consolidado pelas relações existentes no modo de produção capitalista. Na qual, a dinâmica econômica da agricultura familiar lança mão de estratégias capazes de atender as necessidades da família. Portanto, fez-se necessário um recorte metodológico que melhor traga informações e permita análises mais sistemáticas.

A idéia de ocupação transcende a de emprego, dito formal, assalariado, dentro das legislações trabalhistas, para abrir espaço a um conceito ligado ao uso da força de trabalho em um determinado período de tempo em atividade agropecuária ou não-agropecuária, capaz de gerar receitas para a família sem necessariamente estar vinculada as tradicionais concepções trabalhistas, oriundas da historicidade do urbano industrial.

Desta feita, tomando o PRONAF como referência atual de crédito agrícola à produção familiar, optou-se pelo estudo dos beneficiários de uma de suas modalidades de crédito, como é chamada o PRONAF Grupo B, que atende exclusivamente os pequenos produtores.

O município de Ceará-Mirim foi escolhido por possuir uma realidade que obteve um número razoável de contratações, somada a proximidade com a capital que facilitou o deslocamento para a realização da pesquisa.

Como também por preservar características inerentes ao rural, por exemplo, as formas de comercialização da produção e contar com 50% da população nas áreas rurais, traduzindo um rico espaço para a pesquisa.

Pretendeu-se analisar a aferição do impacto do programa sobre os pequenos produtores do município, a partir da análise dos beneficiários do PRONAF B e sua relação com a ocupação, a partir dos contratos e cadastros realizados junto ao sindicato dos trabalhadores rurais municipal e o órgão de extensão rural, no caso a EMATER/RN.

Entende-se por impacto, as mudanças pretendidas nas condições sociais por determinada política, causadoras de um efeito esperado. Em que para se haver uma

mudança Y em determinada realidade, é necessária uma variável X, caso contrário não haveria esta mudança (FIGUEIREDO, FIGUEIREDO, 1986).

Nas políticas públicas de mudança, estes impactos a serem identificados, podem estar previstos no planejamento e levados em consideração na execução. Quando os produtos resultantes da intervenção de uma política pública em uma realidade social, ocorrem dentro da previsão, constituem os esperados. Caso contrário, os não-esperados. Cabendo ainda serem positivos ou negativos, se em acordo ou não, aos objetivos a que se destinava a implementação de determinada política pública (FIGUEIREDO, FIGUEIREDO, 1986).

Assim, partiu-se da hipótese de que o impacto nas pequenas unidades familiares, atendidas pelo PRONAF Grupo B, *não geravam ocupação remunerada não familiar*. Considerou-se que predominava *manutenção ou até mesmo diversificação da ocupação familiar*, onde havia mudança da atividade principal por meio da contratação do crédito, contribuindo com a permanência da família na unidade produtiva, que na geração de ocupações permanentes ou temporárias de trabalho não familiar.

A verificação desta hipótese pôde consolidar a avaliação de que o impacto sobre a ocupação destes beneficiários, ocorre ligada à natureza da ocupação e não ao aumento da oferta de ocupações para força de trabalho não familiar e ainda que observada relacionada a número, ocorre pelo aumento de membros da família na produção, ou seja, um aumento do número de ocupações se daria dentro da unidade familiar, por seus membros.

Ao se analisar o impacto do PRONAF B na ocupação rural dos pequenos produtores, foram utilizados três indicadores gerais seguidos de seus indicadores específicos para melhor isolar o impacto do programa:

- a) *Número de ocupações*: Ocupação; Aumento ou diminuição no número de ocupações pós PRONAF B; Diversificação das ocupações pós PRONAF B.
- b) *Produção*: Atividade da unidade familiar; Natureza do consumo da produção; Comercialização da produção.
- c) *Receita familiar*: Composição da receita familiar; Diferenciação do PRONAF em relação a outras receitas no investimento da produção familiar; Relação com o PRONAF pós-contratação.

Desta maneira a análise quantitativa também foi de relevada importância na aferição dos dados e construção da pesquisa. Ao mesmo tempo, não foi descartada

a pesquisa qualitativa, pois foi útil nas pesquisas de campo ocorridas dentro do espaço da amostra, servindo de contribuição, inclusive na compreensão dos mecanismos das mudanças na ocupação dos membros das unidades familiares.

Neste intento, caracterizando melhor a análise científica, o recorte da área de estudo foi realizado levando em consideração o número significativo de pequenos produtores beneficiários do PRONAF Grupo B, no ano de 2006, tendo em vista a consolidação das mudanças depois de 2004, maior facilidade de acesso aos dados deste período, assim como aos endereços das unidades familiares a serem entrevistadas. Além da possibilidade que o recorte temporal permite de enriquecimento de dados com possíveis renovações, desistências, recusas de crédito, que embora sejam em períodos recentes, não prejudicaram o desenvolvimento da pesquisa no tocante ao que se destina.

As principais fontes e coletas de dados, concentraram-se em artigos jornalísticos, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ceará-Mirim, EMATER-RN, extensionistas da EMATER municipal, FETARN, BNDES, BNB e Banco do Brasil, além de pesquisas de campo em um universo de amostra significativa. O Conselho de Desenvolvimento Rural, além da impossibilidade de contato, no caso de Ceará-Mirim, não acarretou prejuízo, pois diante das normas do programa até o período estudado, não tem mais relevância no processo de tomada do crédito, nem sequer é mencionado pelas partes atuais.

O período de referência está localizado nas contratações de 2006 e a avaliação dos impactos causados até o primeiro semestre de 2008, levando em consideração os indicadores presentes neste período.

Em relação as contratações de 2006, tomadas para o cálculo da amostra, contava com 737 unidades familiares solicitantes do programa e 329 contratadas no município.

Para permitir a aferição dos interesses da pesquisa, o número correspondente à amostra, por conglomerado, foi retirado do total contratado em três distritos (40 contratos), que teve como base para seu cálculo segundo as orientações de um estatístico, a homogeneidade do grupo dos beneficiários do Pronaf B no município, quanto acesso a comercialização, proximidade com a sede, estrutura da unidade familiar, os custos de deslocamento e acesso aos beneficiários durante a pesquisa, demandando uma porcentagem o mais reduzida possível e uma margem científica razoavelmente segura.

O número de 17 questionários aplicados junto aos beneficiários pesquisados, totalizam 42,5% dos contratos nas três comunidades: Coqueiros (9), Capela (5) e Riachão de Cima e de Baixo (3), sendo o último o mais distante da sede, embora não desproporcional em relação aos outros.

Coqueiros corresponde a 7,6% do total dos contratos no município, Capela 3,3% e Riachão 1,2%, juntos compõem 12% do total contratado em 2006.

Dentre as atividades contratadas em 2006, foram contempladas na pesquisa junto aos beneficiários da amostra, as cinco primeiras que possuíam maior número de contratações buscando aproximar proporcionalmente ao total: comércio rural, suinocultura, avicultura, bovino de corte e banana irrigada.

Em relação ao total (329), a suinocultura possui 34,1% das contratações, seguida do comércio rural com 24,6%, avicultura 12,5%, bovino de corte 9,7%, banana irrigada 6,1%, bovino de leite 5,5%, mandioca 4,2%, ovinocultura 2,4% e fruticultura 0,9%.

Em relação ao total da amostra (17), o comércio aparece com 52,9%, seguido da suinocultura com 17,6%, bovino de corte 11,8%, banana irrigada 11,8% e avicultura 5,9%.

Na pesquisa de campo junto às unidades familiares, os endereços foram conseguidos na EMATER/RN, mesmo porque é responsável pelo acompanhamento dos projetos, possuindo as informações necessárias, incluindo os técnicos conhecerem os agricultores há bastante tempo, facilitando possíveis problemáticas quanto a encontrar os beneficiários pelo nome do registro de nascimento, já que conheciam os apelidos dos mesmos.

Algumas visitas tiveram de ser refeitas em outros dias (em torno de seis), pois os responsáveis não estavam e os presentes se recusavam a responder por serem vizinhos ou parentes que apenas tomavam conta dos filhos na ausência dos pais.

Foram realizadas entrevistas junto a um técnico da EMATER/RN no município e Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ceará-Mirim, que infelizmente o arquivo de áudio está corrompido, mas sem comprometer, pois os pontos fortes haviam sido anotados. Um agente do BNB que é o atual responsável pela mobilização e aprovação dos projetos do programa, não foi encontrado, mas não acarretou considerável prejuízo a pesquisa, pois sua responsabilidade iniciou em 2008, sendo a EMATER/RN a responsável pelos projetos em 2006, porém em relação aos pontos de vista quanto ao PRONAF B no município, ficou prejudicado o do BNB.

IMPACTOS DO PRONAF B SOBRE A OCUPAÇÃO RURAL EM CEARÁ-MIRIM

No município de Ceará-Mirim, os solos na maior parte de suas áreas são próprios para cultivo da cana-de-açúcar e fruticultura, além das culturas da mandioca, do milho e feijão.

Vale salientar que toda a estrutura econômica do Município de Ceará-Mirim foi respaldada historicamente na cultura da cana-de-açúcar. A partir do final da década de 80, com a competição do mercado internacional, surgiu a crise e outras atividades econômicas passaram a ser introduzidas, como a fruticultura irrigada, carcinicultura, psicultura, pecuária e a cana em menor escala. A produção canavieira da região sofreu um grande golpe a partir dos anos 80, atingindo o ápice nos anos 90, fazendo com que a produção de cana em toda a Região Nordeste sofresse uma forte redução. Isso gerou uma grave crise na economia da região com a ausência no período de alternativas de emprego para a população.

A dinâmica econômica do município de Ceará-Mirim encontra-se ainda respaldada na agricultura. Mais de 50% da população do município, que possui em torno dos 63.000 habitantes, segundo o IBGE (2005), vive da criação de animais e do cultivo da terra, na produção de macaxeira, milho, feijão e batata. Segundo o Sindicato dos Trabalhadores Rurais existem 10 mil trabalhadores sindicalizados, embora nem todos em dia e este sindicato existe desde 1961. Mas a situação do trabalhador melhorou um pouco, agora são 1000 produtores donos de terra, conquistados pela luta no sindicato com o INCRA e que tiveram acesso ao crédito fundiário. Antes, todas as terras pertenciam aos donos de usina e herdeiros dos antigos senhores de engenho. Existem diversos projetos agropecuários implantados, que vão desde a exploração de lavouras de sequeiro e irrigadas até a exploração de projetos de piscicultura e carcinicultura de forma associativa.

A estrutura demográfica do Ceará-Mirim se apresenta da seguinte forma: no período 1991-2000, a população teve uma taxa média de crescimento anual de 2,10%, passando de 52.157 em 1991 para 62.424 em 2000. A taxa de urbanização diminuiu 0,90%, passando de 49,85% em 1991 para 49,40% em 2000 (IBGE/PNAD/2000). A população rural continua sendo superior à urbana.

Tendo em vista a situação de pobreza de muitas famílias na zona rural, a Secretaria Municipal de Assistência Social mantém vários programas sociais. Nos Programas Governamentais, existem 3.450 famílias inscritas; no Programa Fome

Zero 9.000 famílias; 3.860 famílias recebem benefícios do programa Bolsa Escola (dados obtidos na pesquisa de campo junto a Secretaria Municipal de Assistência Social).

1. Análise dos contratos do PRONAF B 2006 em Ceará-Mirim.

A política de crédito rural, surgida na década de 60, após vários anos sem conseguir abranger significativamente a unidade familiar, aparece de outra forma como maneira de readequar este quadro sobre a agricultura familiar por meio do PRONAF.

Os impactos na ocupação rural com a oferta de acesso ao crédito agrícola e pecuário, que também contempla atividades não-agrícolas, ocorrem de maneira diversa àqueles que possuem uma melhor estrutura de produção, no que concerne ao acesso a insumos e tecnologias, como os médios e grandes produtores, em relação aos pequenos.

Em meio à caracterização do programa, é perceptível a diferença na quantidade de crédito oferecida entre os grupos. Embora a atual orientação procure expandir o número de beneficiários do grupo B, tendo em vista a adoção de medidas como a facilitação do acesso ao crédito, melhoria da assistência técnica, dentre outros constatados inclusive pela estrutura das DAPs como exposto, é evidente os grupos que recebem (até o tempo desta pesquisa) maior crédito serem os grupos C, D e E. Este último, de considerável expressão na tomada de crédito oferecida pelo programa (BASTOS, 2006), devido em grande parte a uma maior possibilidade de fornecer às instituições financeiras maiores garantias devido à natureza das produções e suas estruturas produtivas.

Tomando ainda em consideração o que caracteriza a diferença entre os grupos, sendo principalmente o número de trabalhadores contratados que não pertencem à família e o valor da receita familiar advinda da exploração de sua unidade, ao se procurar o impacto na ocupação rural, como problema, este ocorrerá de maneiras diferentes variando com o grupo de beneficiário e modalidade do programa.

Em muitas situações, um mesmo programa que tenta chegar a um impacto “A” para os assistidos pode encontrar variáveis que poderão influenciar na

composição do impacto e acabar por nem chegar a concebê-lo ou ainda resultar em impacto “B”, que pode ser negativo ou positivo (FIGUEIREDO, FIGUEIREDO, 1986).

Na medida em que o programa, ao se colocar como financiador de projetos agropecuários e não-agropecuários na área da agricultura familiar, também levou a impactos não esperados, como a utilização da receita disponível na aquisição de bens não presentes no projeto, mas capazes de gerar uma ocupação não prevista, porém positiva no tocante a formação de receita familiar.

Tratando do impacto do grupo B do programa na ocupação rural, cabe análise a respeito da relação entre unidades familiares que solicitaram e aquelas que tiveram deferidas a contratação do crédito. Para tanto, o quadro a seguir expõe a situação em Ceará-Mirim.

Quadro 7 – Relação entre solicitação e contratação do PRONAF B em Ceará-Mirim.

Solicitação e contratação dos Beneficiários do Pronaf B			
	2006	2007	Total
Solicitantes	737	200	937
Contratados	329 (44,7%)	117 (58,5%)	446 (47,6%)

Fonte: EMATER-RN, Ceará-Mirim, janeiro de 2008.

É interessante observar que a porcentagem de contratados em relação aos solicitantes é maior em 2007 que em 2006, porém esta última se aproxima mais do valor relacionado ao total somado os dois anos. O fato deve-se em grande parte, a algumas renovações e a tomada de conhecimento por parte dos agricultores quanto às normas de acesso e somente solicitavam em 2007, os que se consideravam o mais próximo de serem aceitos. Explicando também, a queda nas solicitações.

Após o grande número de solicitações em 2006, percebe-se que as normas dos bancos continuam rígidas e pouco flexíveis, sendo as principais responsáveis pelos 55,3% de recusas ao crédito, embora na contratação a oferta do mesmo tenha aumentado, revelando que apesar do acesso ao PRONAF B está sendo facilitado em outras esferas governamentais, ainda encontra obstáculo nas instituições financeiras.

Segundo entrevista concedida por técnico da EMATER “*Muitas vezes a pessoa vinha em 2006 e solicitava a inclusão no Pronaf, fazia o projeto e quando chegava no banco não se enquadrava nas normas, as exigências do banco, como muitas vezes acontece, por exemplo, de uma professorinha lá da comunidade que*

recebe salário pelo município (...) Problemas de documentação, o CPF que está registrado no nome da pessoa não está declarado... essas coisinhas que acontecem". E enfatiza em outro momento, quando questionado sobre a participação da EMATER no processo de elaboração dos projetos e a transferência em 2008 para agentes do banco: "Não, isso aqui (os dados de 2006 e 2007) foi feito pela EMATER mesmo, é tanto que hoje em 2008, talvez não tenha 30 projetos elaborados, porque a filtragem do banco é... é rigorosa demais, inclusive tem cliente nosso que trabalhamos faz tempo, que fez, tem direito a renovação, querendo ou não ele não tá renovando, tá limitado agora".

Apesar do esforço do órgão de assistência técnica local, o entrave ocorre no momento da aprovação pelo banco. Isto pode ser relativizado com os dados dos questionários a serem expostos mais adiante, em que inqueridos em relação à satisfação na contratação do crédito, cerca de 52,9% se colocaram muito satisfeito, enquanto 47,1% apenas satisfeitos e nenhum informou insatisfação. Ainda ao serem questionados se fariam novamente, 70,5% responderam afirmativamente contra 29,5%, em que dentre estes a maioria (80%) responde como fator para tanto, a sua inadimplência, ou seja, não tomariam pela dificuldade que tiveram de pagar, na qual tal característica seria prontamente recusada pela instituição financeira.

Percebe-se maior facilidade visando atrair o pequeno produtor, porém se limita àqueles em condições de deferimento no julgamento do banco, deixando de fora as unidades familiares que muitas vezes, dentre outros pontos, não possuem o título de propriedade, ou o dono não fornece sua assinatura no documento exigido para comprovar este fim, problemas com o CPF na declaração anual, não conseguindo acesso ao crédito.

2. Impactos do programa no perfil dos beneficiários pesquisados.

A pesquisa de campo foi realizada em três comunidades, Coqueiros, Riachão e Capela, praticamente com distância e acesso semelhantes à sede municipal, sendo a de Coqueiros a mais próxima.

Os questionários procuraram contemplar diversas características que poderiam resultar em interferências na aferição do impacto do programa, como a assistência de outros programas sociais, de modo a procurar isolar ao máximo as implicações próprias do programa.

No total foram utilizados três indicadores gerais, seguidos de indicadores específicos, em prol de tornar mais segura a aferição do impacto.

O primeiro indicador foi o *Número de ocupações*, seguido dos específicos: Ocupação; Aumento ou diminuição no número de ocupações pós PRONAF B; Diversificação das ocupações pós PRONAF B.

O segundo foi a *Produção*, seguido dos específicos: Atividade da unidade familiar; Natureza do consumo da produção; Comercialização da produção.

O terceiro foi a *Receita familiar*, seguido dos específicos: Composição da receita familiar; Diferenciação do PRONAF em relação a outras receitas no investimento da produção familiar; Relação com o PRONAF pós-contratação.

A princípio, foram encontradas 737 solicitações e 329 contratações (2006) para as seguintes atividades: comércio rural, suinocultura, banana irrigada, bovino de corte, plantio de mandioca, avicultura, ovinocultura e bovino de leite.

Dos 17 questionários aplicados, apenas as ocupações relacionadas ao bovino de leite e ovinocultura não foram contempladas, em grande parte devido as comunidades pesquisadas não apresentarem esses contratos e as que possuíam serem de difícil acesso à pesquisa. Dificuldades que, julgadas apenas para inserir tais ocupações que ocorrem em número bastante reduzido (bovino de leite, 4,3% das contratações e ovinocultura 1,5% em relação as demais, não comprometeram a pesquisa.

O quadro a seguir, expõe as ocupações geradas pelos projetos deferidos pelo PRONAF B no município, segundo a comunidade pesquisada, atividade e quantidade.

Quadro 8 – Projetos com contratação de crédito aprovada por comunidade, atividade e número.

Atividades com crédito contratado em 2006					
	Bovino de Corte	Avicultura	Banana Irrigada	Suinocultura	Comércio Rural
Capela	-	1	-	1	3
Coqueiros	1	-	-	2	6
Riachão	1	-	2	-	-
<i>Total</i>	2	1	2	3	9

Fonte: Pesquisa de Campo

A amostra reflete a proporcionalidade destas atividades em relação ao total contratado (329), em que se percebe o destaque para a geração de ocupações não-agrícolas por meio do comércio rural, notadamente em Coqueiros que é a mais próxima da sede. Seguindo Riachão, com as ocupações agrícolas e as demais comunidades na pecuária.

O comércio rural, toma destaque nesta pesquisa como a principal atividade solicitada e contratada no programa em Ceará-Mirim, contribuindo na aferição da hipótese e ao mesmo tempo indo de encontro, ora confirmando, ora constituindo exceção como será conferido adiante.

Assim, o programa dá origem no grupo B, entre as comunidades pesquisadas, a um perfil de beneficiários que tem as ocupações voltadas em primeiro lugar às atividades não-agrícolas, em segundo a pecuária e em terceiro as agrícolas. Em contraste aos médios e grandes produtores presentes na região, com as ocupações voltadas para a agricultura por meio da monocultura de cana-de-açúcar e fruticultura irrigada.

A aquisição do crédito para ocupações agropecuárias, muitas vezes busca como referencial as atividades em destaque na região como fruticultura irrigada, no caso da banana irrigada e na pecuária, no caso do bovino de corte e suinocultura, sendo a primeira uma atividade com expressão no município, porém sob domínio de médios e grandes pecuaristas.

Na aplicação do questionário, a primeira pergunta tratava da relação do beneficiário com a posse da terra na unidade familiar, em que 64,8% colocaram serem proprietários e 35,2% arrendatários, caracterizando a maior facilidade no levantamento da documentação para cumprir a exigência do banco no que concerne à propriedade da terra.

2.1. Número de ocupações.

2.1.1. Ocupação.

Quanto à ocupação da família e fora da unidade familiar, esta última determinante na cessão ou não do crédito, foi registrado que em média 2,7 membros exercem alguma ocupação.

Ainda em relação ao comércio, geralmente são a esposa e os filhos (em alguns casos os pais aposentados também) mais velhos que ajudam na venda dos produtos. Muitos são vendidos a outras famílias, como vizinhos ou conhecidos, com o deslocamento até outra unidade familiar, sem necessariamente estar com o comércio fixo na propriedade.

Um ponto de relevância, é o fato de que em várias unidades familiares foi comentado (geralmente por vizinhos que não conseguiram acesso ao crédito, numa espécie de desabafo em diálogos informais, quando se procurava os beneficiários), que em diversas unidades onde os questionários iriam ser aplicados, existiam membros da família que exerciam ocupações remuneradas fora da unidade familiar, fato não permitido pelo programa.

Porém, como as DAPs devem ser, sob a dupla titularidade geralmente dos cônjuges, estes não possuem ocupação remunerada em seus nomes fora da unidade familiar e apenas filhos e outros parentes como irmãos, sobrinhos, dentre outros, podem driblar a fiscalização, agregando mais uma fonte de receita junto a do programa.

Em diversas famílias, na ausência dos recursos do crédito, a ocupação da unidade familiar por si só em uma única atividade, mesmo com a ajuda das receitas dos parentes, não seria suficiente para o atendimento das necessidades da família, que vão além das alimentares. Passando pela aquisição de eletrodomésticos, móveis e melhorias na residência. Conduzindo o PRONAF B, nestes casos, a uma contribuição complementar ou específica em relação à principal atividade. Na primeira, por não depender exclusivamente do crédito para seu início e manutenção e na segunda o contrário.

Este fator explica o porquê dos entrevistados quando perguntados em relação à quantas ocupações são exercidas fora, as respostas aparecerem: 52,9% na unidade, 29,4% assumem as ocupações fora e 17,6% preferiram não informar. A fiscalização da EMATER, então, é burlada.

Ainda no grupo que confirmou ocupações fora da unidade familiar, 100% expuseram serem atividades não-agrícolas. Em grande parte deve-se à proximidade com as agroindústrias de cana-de-açúcar, que absorvem força de trabalho nas colheitas e na produção, como também com a sede e a capital, Natal, principalmente no setor de prestação de serviços e construção.

2.1.2. Aumento ou diminuição no número de ocupações pós PRONAF B.

Quanto à necessidade de contratação de trabalho assalariado, 94,2% afirmaram que não praticam, contra 5,8% (um beneficiário) falando o contrário. A maioria usou apenas o trabalho familiar, confirmando a hipótese da pesquisa em quase sua totalidade, referente ao impacto sobre a não ocorrência do aumento do número de ocupações remuneradas com força de trabalho além da familiar, mas apenas na diversificação do modo de ocupação.

Contudo, um caso vai de encontro a hipótese, pois gerou uma ocupação com força de trabalho não familiar, em 2006 em Capela, mais detalhado no item referente ao indicador específico constante no item 2.2.1 deste capítulo, concernente a *atividade da unidade familiar*, em que montou-se um pequeno mercado na propriedade, do tipo mercearia. O comércio aumentou a receita e ampliou o negócio em 2007, com a ajuda da receita acrescida e de renovação do crédito, gerando ocupação para esposa e uma filha. Em 2008 ampliou mais e contratou um funcionário para ocupar o lugar da filha, proveniente de seu deslocamento para residir e estudar na capital.

Desta feita, foi identificada apenas uma contratação de força de trabalho não familiar advinda do crédito do PRONAF B. Comprovando, assim, a dificuldade desta modalidade na manutenção de ocupação capaz de aumentar significativamente a produtividade até atingir características geradoras de ocupação não familiar.

Os direitos trabalhistas no que diz respeito à contratação com carteira assinada é outro elemento, enquanto os médios e grandes produtores possuem mais recursos para este tipo de ocupação assalariada, foi constatado que mesmo gerando ocupação não familiar, o pagamento do salário ocorre sem as garantias trabalhistas, fornecendo-se apenas o recibo de pagamento.

2.1.3 Diversificação das ocupações pós PRONAF B.

Tratando de averiguar este indicador no que concerne a continuidade ou mudança da ocupação pós-contrato, por volta de 88,2% dos beneficiários afirmaram ter ocorrido mudança na ocupação por meio da contratação do crédito, contra 11,8% que permaneceram em sua ocupação anterior.

Verificando a hipótese quanto o impacto do PRONAF B não gerar ocupações remuneradas não familiar e confirmando que isto ocorre, em função mais da manutenção ou diversificação das ocupações em meio aos membros da família. Esta minoria de 11,8%, era composta por beneficiários que antes da contratação do crédito, possuíam poucas cabeças de gado e solicitaram para expandir o rebanho no que remete à atividade de bovino de corte.

A grande maioria, estava sem ocupação, tendo como principal fonte de receita familiar os programas sociais e aposentadorias, seguidas das ocupações com a prestação de serviços domésticos na sede ou na capital, comércio ambulante e ajuda de parentes residentes em outros locais. Também se encontraram, ocupações que não conseguiram êxito ligadas à agropecuária referentes ao plantio ou criação de animais.

Outro ponto é o de que a totalidade dos beneficiários pesquisados, afirmaram não ter modificado a ocupação enquanto permaneceram no programa e após, durante os três anos de renovação a que são permitidos, caso não alcancem o limite de R\$ 4.000,00.

2.2. Produção.

2.2.1. Atividade da unidade familiar.

Dentre as principais ocupações realizadas na unidade familiar, foram encontradas as relacionadas ao comércio rural, bovino de corte, avicultura, banana irrigada e suinocultura:

- 1. Atividade não-agrícola - 52,9%*
- 2. Pecuária - 29,4%;*
- 3. Agricultura - 11,7%;*
- 4. Avicultura - 5,8%.*

O comércio rural, que está dentro das normas do programa, aparece como principal ocupação financiada pelo crédito do PRONAF B em Ceará-Mirim.

Enquanto as demais ocupações, em grande parte inclusive o comércio, confirmam a hipótese desta pesquisa de que o PRONAF B permite a manutenção da ocupação atual ou a diversificação da mesma, no máximo aumentando em número

relacionado a soma de um ou mais membros da família ocupados na mesma atividade que os pais se ocupam, não gerando ocupações não familiar.

Por outro lado, foi identificado que ainda em manifestações reduzidas, o grupo B é capaz de gerar estas ocupações não familiares, no entanto condicionadas a algumas especificidades. Foi identificado que um beneficiário contratante do crédito para utilização em comércio rural, realizou uma pequena reforma em um vão de sua residência e adquiriu alguns produtos configurando o que seria uma pequena mercearia de comercialização de produtos variados, desde material para higiene e limpeza, até gêneros alimentícios.

A unidade familiar conseguiu resultados tais, que garantiram os pagamentos das parcelas anuais do programa, assim como a renovação visando a ampliação do negócio a ser somado com a receita poupada. Uma vez renovado em 2007, e realizadas as obras visando a ampliação do espaço da pequena mercearia, houve ao longo do ano, condições favoráveis para a realização da necessidade de expandir ainda mais o espaço, mas no momento sem a utilização do crédito que já havia chegado ao limite de R\$ 4.000,00. Mas somente com os recursos oriundos da atividade, somada a contratação de um empregado para ocupar o lugar da filha que fora morar com outros parentes e estudar na capital, Natal.

Chama-se a devida atenção para se pensar até onde o PRONAF foi responsável pelo intento da unidade familiar, qual o limite de sua participação na geração de uma ocupação remunerada não familiar, que vai de encontro a hipótese desta pesquisa, em que o impacto do PRONAF B em Ceará-Mirim, não gera ocupação remunerada não familiar.

O fato interessante é que a comunidade referida é a de Capela, que contou com três contratos com a mesma finalidade. O ponto em questão vai além de o porquê as outras duas ocupações, de mesmo fim, seguirem caminhos diferentes. Mas sim, a reflexão deve ser somada levando em consideração que a comunidade de Coqueiros teve seis contratos da mesma natureza e não obteve idêntico resultado.

Primeiro, é evidente que o fornecimento de crédito por si só não garante resultados satisfatórios, a exemplo das políticas de crédito tradicionais e históricas que não conseguiram dar uma solução as problemáticas envolvidas dos agricultores familiares na época.

Segundo, deve-se lembrar a adequada assistência técnica para o acompanhamento da atividade e o melhor gerenciamento da aplicação do crédito, porém a própria EMATER no município expressa a dificuldade em fornecer esta assistência àqueles que optam pelas atividades não-agrícolas como as do comércio rural.

A situação que mais se aplica ao caso identificado, é a da própria natureza da atividade que possui especificidades particulares como localização, consolidação de uma clientela fixa, atendimento, nível de receita dos residentes na comunidade, dentre outras relacionadas ao comércio em si, principalmente o de uma pequena mercearia.

A comunidade de Capela, possui considerável quantidade de habitantes com receitas familiares consideradas maiores que as outras, composta por funcionários públicos locais e que trabalham na sede, aposentados dos engenhos, dentre outras atividades presentes na região, como um viveiro de camarão. Isto já caracteriza um ponto a favor. Outro é a da localização, pois apesar de pequena a comunidade, possui ao redor da praça central alguns estabelecimentos comerciais de reduzido porte, e o comércio em questão está localizado de forma favorável, em frente ao ponto de concentração de veículos que levam a sede. Soma-se a facilidade de formação de clientela devido à atenção destinada ao bom atendimento dos clientes e da própria natureza do ramo comercial, caracterizada por produtos que atendem ao cotidiano. Os outros contratados da mesma atividade, o comércio rural, estabeleceram atividades ligadas à venda de roupas e produtos de beleza, em sua maioria, produtos muito procurados de preferência na sede aos sábados, ocasião de grande movimentação econômica devido à feira realizada, onde se encontram maior variedade e preços concorrentes.

Desta feita, percebe-se a importância das especificidades regionais e locais no impacto que o PRONAF B pode exercer. Chamando a atenção dos agentes elaboradores do projeto junto aos agricultores para considerarem, as especificidades locais comunitárias, espaciais, sociais e econômicas, o dinamismo do consumo local.

Esta consideração deve não somente abranger as atividades não agrícolas, mas agropecuárias também. Ocorrendo em grande parte como já afirmado, pela falta de conhecimento dos técnicos em algumas ocupações como a do comércio rural.

2.2.2. Natureza do consumo da produção.

Quanto ao destino da produção, esta não significa propriamente sinônimo de agricultura de subsistência, mesmo porque, atualmente diante das mudanças ocorridas nas relações no rural, a unidade familiar possui necessidades que vão além da alimentação em si, mas também de bens e um crescimento de consumo de serviços, como o de fornecimento de energia elétrica e ainda que discreto o de telefonia móvel, por exemplo

Foi identificado, ao serem perguntados sobre a natureza do consumo, que 70,5% da produção familiar se destina à venda e 29,5% para esta e o consumo da família. Àqueles que tem como ocupação o bovino de corte, banana irrigada e avicultura, retiram parte da produção para consumo da família e vendem a maior parte. No caso da última, os ovos são recolhidos diariamente.

Não constituem, portanto, na simples relação de produção para consumo familiar e venda do excedente, mas sim, os beneficiários do PRONAF B em Ceará-Mirim, produzem para comercialização e consomem uma parte restrita, pois com a receita obtida, adquirem outros produtos alimentícios, material de higiene e limpeza, escolar, em sua maioria na ocorrência da feira no dia de sábado.

Para melhor compreensão da aplicação do questionário, no caso do comércio rural, a pergunta quanto à natureza do consumo foi direcionada em relação ao destino dos produtos adquiridos. Em decorrência da utilização de alguns produtos para o consumo familiar e a venda da maior parte, se considerava a resposta referente aos *dois destinos* (consumo da família e para venda); não colocar à venda ligava a opção de resposta ao *uso para consumo familiar*; e apenas destinado a venda, remetia a opção de resposta referente ao destino para *comercialização*.

2.2.3. Comercialização da produção.

Este ponto é importante quanto ao impacto do PRONAF B na formação da receita familiar, uma vez que trata de questões inerentes à comercialização da produção como local, transporte, espaços de comercialização temporários: eventos governamentais ou não governamentais relacionados a políticas públicas de aquisição de alimentos, por exemplo.

Podendo responder mais de uma opção, em torno de 47% dos beneficiários afirmaram vender sua produção na feira da cidade, em contraste com 83% que afirmaram comercializar na própria unidade familiar, ou seja, 36% usam os dois meios.

Foi identificado neste ponto, que grande parte dos que comercializam na unidade familiar se referiam às ocupações ligadas ao comércio rural, ainda sendo encontradas famílias que possuem um sistema de comercialização rural baseado na ida até outras unidades familiares para revender os produtos adquiridos com o crédito, geralmente roupas e cosméticos.

O fato dos distritos estarem relativamente próximos à sede, favorece as ocupações ligadas a bovino de corte, avicultura, suinocultura e banana irrigada, onde possuem áreas específicas na feira da sede, com grande demanda para comercialização. Esta, realizada aos sábados, possui áreas de grandes proporções destinadas à comercialização destes produtos. Caracterizando o mercado de corte, a área de vendas de produção oriunda da avicultura, ovinocultura, de frutas, verduras e legumes, identificadas apenas pela visível concentração na área destes, não por meio de placas com indicações específicas. Apenas o mercado de pescado e de corte, que se estrutura em um grande vão de alvenaria, possui tal identificação (dados obtidos junto aos comerciantes e observação empírica na pesquisa de campo).

Dentre os 47% que comercializam sua produção familiar na sede, 37,5% utilizam veículo por tração animal emprestado/alugado/pagamento por viagem, 25% veículo automotivo próprio e 37,5% bicicleta. Este último é favorecido pela proximidade com a sede, que leva em torno de 20 minutos o deslocamento. Existe no município o serviço de transporte de passageiros por intermédio de veículos utilitários adaptados, onde alguns produtores levam também suas mercadorias, não sendo constatado nenhum caso entre os beneficiários pesquisados em relação à utilização destes com este fim último.

A totalidade dos pesquisados informou não utilizar nenhum evento como espaço extra para comercialização de sua produção, assim como não ser atendido por programa governamental e não governamental. Isso se deve, em parte, à concentração destas feiras como a de agricultura familiar, se concentrar mais nos municípios da região do seridó, semi-árido e menos corrente na região do Mato Grande, ou quando em contrário, praticamente inexistente o interesse dos beneficiários

devido à comercialização na feira. Outros eventos realizados no município, como o FestComércio, geralmente oferecem espaço para os grandes e médios produtores do município, salvo o estande da EMATER, que mesmo assim carece de produtores familiares do grupo B, expondo a produção de outras linhas e modalidades como o PRONAF Jovem.

2.3. Receita familiar.

2.3.1. *Composição da receita familiar.*

Quanto à composição da receita familiar complementar, que não provinha da exploração da unidade familiar, em que podiam responder mais de uma opção, no total das respostas, podendo uma ser interseção com outra, 82,3% atribuíram aos programas sociais, paralelo a estes 52,9% soma-se a aposentadoria e 29,4% auxílio de parentes e 11,7% não possuíam outra fonte de receita.

A aposentadoria, é responsável no rural de Ceará-Mirim, por grande parte das receitas familiares, devido a permanência do idoso junto da família e ausência de maiores dificuldades na sua obtenção. Esta facilidade ocorre em um primeiro momento, por meio das exigências do sindicato em estipular determinadas quantidades de mensalidades, para fornecer o documento necessário a comprovação de que o idoso é trabalhador rural, sem verificar se o mesmo ocupou-se ou não de atividades no rural. E em segundo momento, também pelos “facilitadores” que resolvem a questão junto ao sindicato, conseguindo o documento de comprovação em troca de “vantagens” negociadas com o mesmo. Tomam parte do encaminhamento e acompanhamento do agricultor ao órgão da previdência, munidos de instruções quanto a aparência, documentos, o que falar, em troca do primeiro ou de dois primeiros pagamentos deste, como identificado nas falas, informais, de alguns beneficiários.

O auxílio de parentes geralmente tem origem naqueles que têm ocupações remuneradas fora da unidade familiar, mas ainda moram no município e aqueles que moram em cidades distantes e enviam dinheiro para a família.

É evidente que os programas sociais compõem parte da receita familiar, caso em que não são contabilizados no momento do cálculo para o enquadramento no grupo B do programa, já que apenas são usados aqueles oriundos da exploração da

unidade produtiva. Notadamente poucos são os que tem como única receita familiar a produção da unidade.

No que concerne a esta pesquisa, a influência destas receitas na aferição do impacto na ocupação de seus beneficiários, foi identificada somente nos casos das parcelas de pagamento das anuidades, quando a atividade por si só, não gerava receita suficiente. Ou quando havia desvio, indicando o uso complementar apenas para se manter adiplente, dificilmente utilizando na produção. E cabendo ao programa a principal fonte de investimento e custeio em sua maioria nas ocupações agropecuárias.

A origem da utilização desta receita externa, quando há, se deve mais a aposentadoria que aos programas sociais (DELGADO, 1985), nos quais destes, sendo permitida mais de uma resposta, 82,3% do total são atendidos pelo Bolsa-Família, 64,1% pelo Programa do Leite e 17,6% não informaram.

2.3.2. Diferenciação do PRONAF em relação a outras receitas no investimento da produção familiar.

Um impacto de certa maneira esperado, embora negativo (FIGUEIREDO, FIGUEIREDO, 1986) e mencionado anteriormente, é a utilização de fonte complementar de receita para o auxílio no pagamento das anuidades do programa. Negativo no que concerne ao objetivo do crédito em fortalecer a atividade principal e esta ser capaz, sozinha, de gerar os recursos para as necessidades familiares e o pagamento das prestações, não sendo necessária a utilização ainda que parcial de receitas complementares. Este objetivo seria o impacto esperado positivo.

No investimento ou custeio, apenas foi identificada a aplicação na compra de mais mercadorias nas atividades relacionadas ao comércio rural, favorecendo uma clara distinção em Ceará-Mirim: o da utilização de receitas complementares quando não no pagamento das parcelas, mas no investimento, predominantemente mais nas atividades não-agrícolas que agrícolas.

Outro ponto de destaque, é quando questionados em relação a qual a origem das receitas utilizadas, caso ocorra, no investimento ou custeio da produção familiar. Dentre as respostas, 23,5% utilizam a aposentadoria, 5,8% não informou e 70,5% responderam que não usam nenhuma receita.

Este último número pode realmente condizer com a não utilização, devido ser destinado à aquisição de medicamentos, eletrodomésticos, móveis, alimentação, roupas, somada às receitas com origem na produção. Ou seja, as receitas externas assumem esta característica de auxílio nas necessidades cotidianas e usadas, em Ceará-Mirim, dificilmente, mas não raro, na produção.

2.3.3. Relação com o PRONAF pós-contratação.

Não houve demonstração de insatisfação com o programa, descrevendo-se 52,9% como muito satisfeitos e 47,1% satisfeitos, em que deste total, 70,5% afirmaram que caso desejassem, fariam o crédito novamente contra 29,5% manifestantes de não possuir a intenção de refazer. Destes, que foram cinco ocorrências, quatro informaram como motivo estarem inadimplentes e um não informou.

Apesar da satisfação em relação ao programa, resulta na interpretação de que a dificuldade de acesso do agricultor familiar ao crédito do PRONAF B, está ligada também, além da divulgação do mesmo, a capacidade de pagar as parcelas. Pois foi identificada que esta condição inibe inclusive a renovação do crédito. Assim, 5,9% afirmaram já terem procurado fazer renovação contra 94,1% que decidiram não fazer. Entre os primeiros, todos estavam adimplentes, ao contrário do grupo composto pela segunda resposta, onde apenas parte estava. Acredita-se também, que àqueles satisfeitos e não procuraram renovar, foram motivados por se considerarem realizados com a receita gerada pelo crédito, sem necessitar renová-lo.

A dificuldade na renovação, ocasionada pela dificuldade de pagar as parcelas, apesar da utilização do crédito ser satisfatória para todos os pesquisados, esbarra em outra que é a de comercialização da produção, constatada no questionamento quanto a dificuldade e origem desta, no pagamento das parcelas, em que 47% mencionaram não haver nenhuma, 5,8% relaciona a fatores climáticos, 5% para uso em ocupações não previstas (desvio) e 41,1% devem a dificuldade na comercialização da produção.

Identifica-se também, beneficiários que decidem não fazer a renovação por já considerarem haver atingido uma receita razoável para o atendimento de suas necessidades, recordando alguns terem receitas extras. Na comercialização a

dificuldade ocorre ocorrendo mais em virtude das contratações para comércio rural, em razão mais do número de clientes ser insatisfatório e assim, obter baixo consumo dos produtos, do que pela dificuldade de acesso ao mercado da sede, devido a própria natureza da ocupação, uma vez que as outras produções familiares agropecuárias tem este espaço garantido principalmente na feira da sede.

Um ponto de interesse, foi a identificação de desvios de recursos destinados a determinadas atividades, mas que, promoveram impactos não esperados positivos (FIGUEIREDO, FIGUEIREDO, 1986). Não esperado positivo, deve-se ao desvio para a compra de um automóvel que gerou ocupação não-agrícola não esperada, porém capaz de estabelecer uma receita familiar, por meio da prestação de serviço de transporte entre a comunidade e a sede, a ser detalhado adiante. Também estão incluídos os desvios para a aquisição de outros produtos que geram ocupações extras, complementares da atividade principal. Verifica-se em 58,8% dos beneficiários utilizarem para adquirir eletrodomésticos, 5,8% automóvel (um beneficiário), 17,6% outras finalidades, que geralmente compõem o pagamento de algumas prestações de serviços, como telefonia móvel, abastecimento de energia elétrica e água, contra 17,6% que informaram não utilizar para outros fins.

A motivação que leva ao desvio se deve ao desejo pessoal/familiar para 41,1% dos beneficiários, necessidade pessoal/familiar para 29,4% e aumentar a receita familiar para 11,7%.

Verifica-se portanto, que apesar de utilizarem parte do crédito na aquisição de eletrodomésticos, ainda restam receitas suficientes para investir na produção. Muitas vezes os desvios servem de entrada para a compra parcelada de alguns produtos e as receitas advindas da produção familiar, funcionando para pagamento das parcelas do crédito e da aquisição destes bens. Devido a proteção ao crédito no comércio de bens. E serviços ser mais rigorosa, as prestações do programa acabam sempre selecionadas como as preferíveis a não serem pagas dentre as prestações dos outros bens, em caso de dificuldades financeiras, por ser considerado o menor problema, uma vez que o próprio governo refinancia estas dívidas das unidades familiares, não ocasionando a entrada do nome dos titulares do programa nas listas de proteção ao crédito ou sua retirada tão logo seja renegociado.

Alguns desvios contribuem em ocupações extras, não esperadas positivas, como a compra de carrinho de sorvete para ser comercializado em horário fora da ocupação principal da unidade, venda do suco de frutas congelado em pequenas

sacolas plásticas conhecidas como “din-dins”, assim como a aquisição e revenda de confecções e produtos de beleza. Todos, em horários que não exigem compromisso e não comprometem a atividade familiar principal para a qual foi solicitado o crédito, formando uma razoável fonte complementar de receita.

Mas estes são relacionados ao desvio parcial do crédito. Havendo o caso de um beneficiário do PRONAF B, desviando na totalidade o crédito e gerando ocupação não-agrícola, utilizando o mesmo como entrada para a aquisição de um veículo para transporte de passageiros entre o distrito que reside e a sede do município, aumentando as receitas familiares principalmente nos dias de feira aos sábados onde este tipo de transporte é mais solicitado.

Permite, assim, enfatizar que o PRONAF B, dificilmente é capaz de gerar ocupação remunerada não familiar, devido proporcionar a diversificação das ocupações, promovendo a receita familiar para o atendimento das necessidades além da alimentação, por meio da atividade principal, esperada e secundárias, não esperadas, possibilitadas pela contratação do crédito e a capacidade de adaptação própria da agricultura familiar na composição de suas receitas.

Procurando demonstrar uma visão geral dos impactos, identificados e comentados ao longo da exposição dos resultados, retirados da análise dos indicadores gerais e específicos, cabe a breve exposição da relação entre as ocupações que o PRONAF admitia e as encontradas.

Ao agricultor solicitar a contratação do crédito para o grupo B no ano de 2006 em Ceará-Mirim, apresentaram projetos referentes às atividades permitidas pelo programa, que seguem:

a) Agropecuárias: banana irrigada, fruticultura, mandioca, bovino de corte, bovino de leite, suinocultura, ovinocultura e avicultura;

b) Não-agropecuárias: comércio rural.

No momento em que os beneficiários receberam o crédito aprovado, a ser aplicado na atividade contratada, sob fiscalização da EMATER/RN, houve a identificação da utilização total ao fim destinado, desvio parcial para outros fins, mas ainda com aplicação na atividade contratada e desvio total sem aplicação ao fim acordado.

As ocupações oriundas do desvio parcial, que passariam a compor receita externa à atividade principal, são: *venda de sorvete ambulante (carrinho), comércio porta-a-porta de vestuário e produtos de beleza e venda de “din-dins”.*

O desvio total gerou a ocupação em *transporte de passageiros em veículo de passeio*, da sede do município à comunidade, e ainda cabendo viagens previamente acordadas, inclusive à capital.

Estes desvios constituem ocupações provenientes de atividades não admitidas pelo programa, logo, não-esperadas. Porém, contemplam o objetivo do mesmo em gerar ou fortalecer ocupações a partir do acesso ao crédito, logo, podem ser classificadas como não-esperadas positivas.

Os *comércios rurais* que não tiveram êxito, causando dificuldade no pagamento das parcelas da anuidade do programa e o não fortalecimento da receita familiar, constituem, um resultado negativo. Embora a possibilidade de ocorrer não seja nula. Logo, esperados negativos.

O *comércio rural* de Capela, que obteve êxito, constitui em relação ao programa, assim como as demais atividades contratadas exitosas, resultado esperado positivo. Porém, no que concerne a aferição da hipótese desta pesquisa, o fato de ter gerado uma ocupação remunerada, ainda que informal (sem garantias trabalhistas), vai em contraposição a mesma, embora as demais atividades a confirme. Logo, a hipótese foi quase em sua totalidade confirmada com a ressalva desta exceção, enfatizando a dificuldade do grupo B em gerar ocupação remunerada não familiar.

O quadro que segue, traz de maneira sistematizada os resultados obtidos dos indicadores específicos e gerais, capaz de ampliar a compreensão acerca dos mesmos.

Quadro 09 – Relação dos principais impactos a partir da contratação do PRONAF B na ocupação rural dos beneficiários.

Principais impactos do PRONAF B na ocupação rural dos beneficiários	
<i>Modalidades</i>	<i>Impactos</i>
<i>Esperados positivos</i>	<ul style="list-style-type: none"> - Geração e fortalecimento da atividade familiar principal, promotora de ocupação; - Fortalecimento da receita familiar; - Baixa utilização de receita complementar na produção familiar, pós-contratação.
<i>Esperados negativos</i>	<ul style="list-style-type: none"> - Uso de receita complementar no pagamento das parcelas das anuidades do programa; - Dificuldades na ampliação esperada da base do programa (grupo B), devido às rígidas exigências das instituições financeiras; - Não fortalecimento da atividade principal

	ocasionada pela deficiência na assistência técnica às atividades não agrícolas; - Desvio do crédito contratado para aquisição de produtos que não geram ocupação.
<i>Não-esperados positivos</i>	- Desvio total do crédito para investimento em atividade não contratada, mas geradora de ocupação e receita familiar; - Desvio parcial do crédito para aquisição de produtos geradores de ocupações complementares à atividade principal contratada (carrinhos de sorvete, geladeira, freezer, fornos, artigos de vestuário e beleza, acessórios).
<i>Não-esperados negativos</i>	- Utilização da receita familiar complementar na atividade principal como investimento ou custeio, pós-contratação.

Fonte: Pesquisa de campo.

Embasamento teórico: FIGUEIREDO, FIGUEIREDO, 1986.

Desta feita, é traçado em linhas gerais, os impactos causados pela inclusão do crédito contratado por intermédio do PRONAF B. Não é exagero enfatizar, que os impactos do programa e “seus” esperados, tratam dos resultados desta política pública, previstos no momento do planejamento e execução. Os que fogem a essa “previsibilidade”, constituem os não-esperados. Considerados positivos ou negativos, no que concerne o atendimento do objetivo ao qual a política pública se destinava (FIGUEIREDO, FIGUEIREDO, 1986).

Considerações Finais

A estrutura que o mercado agropecuário tomou no atual rural brasileiro, teve grande influência dos moldes urbanos de industrialização, como exemplo o surgimento dos insumos agrícolas a fim de dinamizar a produtividade da terra, gerando fenômenos como o desemprego e a busca por novas ocupações não-agrícolas além do aumento do trabalho temporário, ocasionado pelo estrangulamento da produção do pequeno produtor que na maioria dos casos opta por deixar suas terras, sem condições de competitividade.

Atualmente, observa-se que mesmo com o aumento de recursos disponibilizados pelo governo brasileiro com a finalidade de expandir o acesso ao crédito rural, muito destes voltam aos cofres públicos, devido em grande parte, às exigências das instituições financeiras. Isto ocorre, mesmo apesar do esforço na facilidade do acesso ao crédito, permitindo o surgimento de questionamentos, como o da presente pesquisa.

Apesar da tentativa de um novo arranjo no crédito agrícola, ainda surgem problemáticas ligadas aos intermediadores como sindicatos dos trabalhadores rurais e o favorecimento de seus interesses internos, a “boa vontade” que esbarra na dificuldade de infra-estrutura do órgão de assistência técnica, no caso a EMATER e as exigências rígidas que ainda não acompanham de fato a maior acessibilidade ao crédito do PRONAF B por meio das instituições financeiras.

Pontos que devem ser observados para a contribuição do programa no atendimento de sua base social é o aperfeiçoamento da assistência técnica junto às atividades não-agrícolas, constatada pela dificuldade de acompanhamento devido a formação técnica dos extensionistas mais voltadas a agropecuária. Assim como a elaboração mais cuidadosa junto ao agricultor familiar de seu projeto, levando em consideração as características sociais, espaciais e econômicas locais e regionais, como a proximidade de grandes centros produtores, comerciais, presença de monoculturas, atividades de grandes e médios produtores, a fim de evitar projetos levados pelos “modismos”.

No caso do município de Ceará-Mirim, foi identificado um aumento das ocupações não-agrícolas, dentro da família, que ocorrem de forma complementar à ocupação principal da unidade familiar, muitas vezes oriundas de parte do crédito desviado ou mesmo do desvio total, que por um lado traz um resultado esperado

negativo quando para a compra de produtos não geradores de ocupação e receita, mas por outro lado revela resultados não esperados positivos no que se refere a complementação da receita familiar, quando este desvio gera ocupação.

Ainda, o PRONAF B causa um impacto na ocupação dos beneficiários assistidos, por meio da maneira prevista pelo programa no fortalecimento da atividade principal contratada. Embora algumas, como o caso do comércio rural, não encontrem o êxito esperado, devido em maior parte, a deficiência no acompanhamento. Ainda, de maneira não esperada mas positiva, gera ocupações, não previstas no contrato, mas oriundas do crédito, que utilizam os horários livres e não comprometem a produção familiar principal, sendo elas manifestadas na própria unidade ou na comunidade a qual está inserida.

O PRONAF B, proporciona o espaço de manifestação das características próprias da agricultura familiar para o atendimento de suas necessidades, além da alimentar, passando pelo consumo de bens e serviços. Servindo de argumento em contraposição às várias correntes, que tratam da agricultura familiar, ligadas ao conceito desta quanto a produção de subsistência e comercialização do excedente.

O impacto do programa na ocupação rural, favorece mais a *diversificação das ocupações que a geração de ocupação remunerada não familiar*, como constatado nesta pesquisa, que permite, em maior parte, a manutenção da receita familiar razoável a suas necessidades, ligado portanto, à natureza da ocupação, sendo difícil os casos em que o PRONAF B gera ocupações não familiares como o trabalho assalariado, confirmando em quase sua totalidade a hipótese desta.

Este fato, quando permite observar um impacto quanto a número na ocupação, somente é visível por meio do aumento de membros da família participantes da atividade ou atividades familiares, restrita à unidade produtiva. Ou seja, um aumento das ocupações no referido município por meio do PRONAF B, se dá na unidade familiar, dificilmente gera oferta à força de trabalho não familiar. Não podendo ser contabilizada como aumento de emprego, mas sim de ocupações na família. Pois a receita produzida por cada indivíduo se destina ao atendimento das necessidades da família, não é uma receita submetida a fins particulares, diferente de um indivíduo que vende sua força de trabalho na forma assalariada. Considera-se o PRONAF B produzir um impacto na ocupação de Ceará-Mirim mais na forma não assalariada, familiar, que na assalariada e este fato não pode ser descartado no tocante à esta modalidade da política pública aqui pesquisada.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo *et alli*. *Juventude e Agricultura Familiar: desafios dos novos padrões sucessórios*. Brasília: UNESCO, 1998.
- _____. *A valorização do espaço rural, uma escolha de sociedade*. São Paulo: ESPAÇO RURAL. Secretária nacional do PT. 1997.
- _____. *O futuro das regiões rurais*. Porto Alegre: UFRGS, 2003.
- BAENINGER, R. “*Juventude e movimentos migratórios no Brasil*”, in *Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas*. Brasília: CNPD, 1998.
- BASTOS, Fernando. *Ambiente institucional no financiamento da agricultura familiar*. São Paulo: Polis, 2006.
- BNDES. *Programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar*. Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br/programas/agropecuarios/pronaf.asp>>. Acesso em: 15 de junho de 2006.
- _____. *Relatório de Gestão*. Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br/programas/agropecuarios/gestao2002.pdf>>. Acesso em: 15 de março de 2008.
- BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário & IICA. *Referências para desenvolvimento territorial sustentável* - Brasília: Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável/Condraf, Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural/NEAD, 2003. (Textos para Discussão, 4).
- BANCO DO NORDESTE. *Manual do cadastrador: declaração de aptidão do agricultor familiar ao Pronaf*. Fortaleza, 2004.
- _____. *Relatório de Gestão*. Fortaleza, 2002.
- CASTRO, Elisa Guaraná de. *Sonhos, desejos e a “realidade”*: herança, educação e trabalho de ‘jovens rurais’ da Baixada Fluminense/RJ. I Simpósio Internacional de Juventude Brasileira- JUBRA, Rio de Janeiro:UFRJ, out /2004.
- CASTRO, Maria Helena Guimarães de. *Avaliação de políticas e programas sociais*. Caderno de Pesquisa nº 12. Campinas: Unicamp/NEEP-Reitoria.
- CENSO DEMOGRÀFICO 1991: Brasil, Rio de Janeiro: IBGE, 1994.
- CENSO DEMOGRÀFICO 1997: Brasil, Rio de Janeiro: IBGE, 2000.
- CHAYANOV, Alexander. *La organización de la unidad económica campesina*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1985.
- _____. *La teoría de la economía campesina*. 2º edição. México: Editora . PYP, 1987.

- DE BRUNHOFF, Suzane. *Estado e capital*. Uma análise da política econômica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1985.
- DELGADO, Guilherme C. *O Capital financeiro e agricultura no brasil*. São Paulo: Unicamp; ícone, 1985.
- DRAIBE, Sônia Mirian. *Uma nova institucionalidade das políticas sociais?* Reflexões a propósito da experiência latino-americana recente de reformas e programas sociais. *Revista São paulo em Perspectiva*, vol. 11, nº 4, São paulo, out/dez. 1997.
- _____. *Avaliação de implementação: esboço de uma metodologia de trabalho em políticas públicas*. In BARREIRA, Maria Cecília R; Maria do Carmo B de (orgs). *Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais*. São Paulo: IEI/PUCSP, 2001. p. 13-41.
- _____. *O Welfare state no brasil: características e perspectivas*. São Paulo: Ciências Sociais Hoje, 1989.
- EMATER. Disponível em: <<http://www.emater.rn.gov.br/pronaf.asp>>. Acesso em: 15 de outubro de 2006.
- FAGNANI, Eduardo. *Política social e pactos conservadores no brasil: 1964/92*. Campinas: Instituto de Economia da Unicamp; *Revista Economia e Sociedade*, nº 8, jun. 1997.
- FIGUEIREDO, Marcos Faria; FIGUEIREDO, Argelina Maria Cheibub. *Avaliação política e avaliação de políticas*. *Análise & Conjuntura*, Belo Horizonte, v.1, n.3, set./dez. 1986.
- GUIMARÃES, Alberto Passos. *A crise agrária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- HEREDIA, Beatriz A. *A Morada da Vida: trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- IBGE. Pesquisa nacional por amostra de domicílios 1992, 1993, 1995. Rio de Janeiro: IBGE, 2001. 3º CD-ROM.
- _____. Pesquisa nacional por amostra de domicílios 1996, 1997. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. 1º e 2º CD-ROM.
- IDEMA, Instituto de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente. Disponível em: <<http://www.idema.rn.gov.br>>. Acesso em: 22 de dezembro de 2006.
- LENIN, V. I. *O Desenvolvimento do capitalismo da Rússia*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- _____. *O programa agrário da social-democracia na primeira revolução Russa de 1905 – 1907*. São Paulo: editora Lech, 1980.

- MATTEI, Lauro. *Impactos do Pronaf: análise de indicadores*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2005.
- MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. *Declaração de aptidão do agricultor familiar ao Pronaf: manual do cadastrador*. Secretaria de Agricultura Familiar.
- MENY, Yves; THOENIG, Jean-Claude. *Politiques publiques*. Paris: Presses Universitaires de France, 1989. (Capítulo 2).
- NEDER, Ricardo Toledo. *Políticas distributivas e legitimidade política*. Análise & Conjuntura, vol. 3, nº 2, set/dez. Belo Horizonte, 1986.
- OFFE, Claus; LENHARDT, Gero. Teoria do Estado e política social. In: *Problemas estruturais do Estado capitalista*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- _____. *Ter theory of capitalist state ans the problem of policy formation*. In Lindeberg L(ED) *Stress and contradiction in modern capitalism*. Lexington: Lexington Books, 1975.
- POCHMANN, Márcio. *Uma outra cidade é possível: alternativas de inclusão social em São Paulo*. 1ª ed. São Paulo, Cortez, 2006.
- _____. *O Trabalho sobre fogo cruzado*. São Paulo: Editora Contexto, 1999.
- POULANTZAZ, Nicos. As transformações atuais do Estado – a crise política e a crise do Estado. In: *A crise do Estado*. Lisboa: Moraes editores, 1978.
- RANGEL, Ignácio. *A questão agrária brasileira*. Recife: Comissão de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco, 1962.
- RIOS, Terezinha Azevedo. *Avaliar: ver mais claro para caminhar mais longe*, In RICO, Elizabeth Melo (org) *Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate*. São Paulo: Corte Editora, 1998.
- SIDERSKY, Pablo. *Sobre a especificidade do pequeno produtor*. Rio de Janeiro: AS – IPTA, 1991. (Textos para debate)
- SILVA, José Graziano da. *O que é questão agrária*. 15ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- _____. *O novo rural brasileiro*. Campinas: UNICAMP, 1999.
- _____. *A Nova dinâmica da agricultura brasileira*, Campinas: IE/UNICAMP, 1998.
- SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE CEARÁ-MIRIM. Dez. 2006. Entrevista concedida a Márcio Monteiro Maia.

_____. Junho 2008. Entrevista Concedida a Márcio Monteiro Maia.

SINGER, Paul. A precarização é causa do desemprego. Folha de São Paulo, 10.12.1995, p.2, c.2.

THEBORN, Goran. *Karl Marx Returning by the Welfare State? Neo-Marxist, Pluralist, Corporatist, and Statist Theories and Welfare State*. Paper prepared for the IPSA Congress in Paris, July 15-20, 1985

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. *O Papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade*. Salvador: AATR, 2002.

VILELA, Sérgio. *Uma "NOVA" espacialidade para o desenvolvimento rural: sobre o meio rural, desenvolvimento local e território*. XXII Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu. 1998.

VEIGA, José Eli. *O que é reforma agrária*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

WEBER, Max. *Economia y sociedad: esbozo de sociología comprensiva*. México: Fondo de Cultura Económica, 1944.